

ATO DPGE Nº 081– DPGE DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Cria novas vagas no Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental e no Núcleo Regional de Imperatriz;

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 17, VI, da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o Processo nº.012/2022 que tramita perante o Conselho Superior da Defensoria Pública;

CONSIDERANDO a Resolução-GP nº.70, de 9 de julho de 2024 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que transformou a 5ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz em 2ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da mesma comarca;

CONSIDERANDO a dificuldade de compatibilizar a pauta de audiências das varas criminais de Imperatriz com a atuação cumulativa na vara de violência doméstica daquela comarca na defesa do acusado;

CONSIDERANDO que foi instituída uma política institucional de governança fundiária no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, fundamentada em valores convencionais e constitucionais de acesso à terra, ao território, à moradia, ao meio ambiente, à alimentação e ao trabalho de povos e comunidades tradicionais e trabalhadores rurais, existentes no estado do Maranhão;

CONSIDERANDO que a Lei Complementarº. 274, de 24 de julho de 2024 alterou o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, regionalizando a jurisdição nos conflitos fundiários, criando a Vara Agrária na Comarca de Imperatriz;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público-Geral para praticar atos e decidir as questões relativas à Administração Geral.

RESOLVE:

Art. 1º Criar a 17ª Defensoria Pública no Núcleo Regional de Imperatriz.

§1º As atribuições serão definidas em ato normativo próprio, com a observância do que for deliberado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

§2º Enquanto pendente deliberação, a atuação da 17ª Defensoria Pública do Núcleo Regional de Imperatriz compreenderá a defesa do acusado na 1ª e 2ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Art. 2º Criar a 3ª Defensoria Pública no Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental, lotada no Núcleo Regional de Imperatriz.



§1º As atribuições serão definidas em ato normativo próprio, com a observância do que for deliberado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

§2º Enquanto pendente deliberação, a 3ª Defensoria Pública do Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental, lotada no Núcleo Regional de Imperatriz, terá atuação perante a Vara Agrária daquela Comarca, que abrangerá os conflitos fundiários individuais e coletivos urbanos da Comarca de Imperatriz e os conflitos coletivos envolvendo a disputa pela posse e pela propriedade de imóveis rurais localizados na região, além da possibilidade de atuação nas demais localidades do Estado do Maranhão em relação aos conflitos rurais, consoante disposto no artigo 29-B, §2º, do Regimento Interno, sempre observado o equilíbrio na distribuição das demandas.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Defensoria Pública Geral do Estado, em São Luís, 16 de dezembro de 2024.



GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão

